



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 24/2026

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Fundação O Pão dos Pobres, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**
Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
Bruna Fernandes da Silva, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**
João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**
Francyne da Rosa, **CEMME**
Lucas Santos, **AMOVITEC**
Natália Laurindo, **AHMI**
Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**
Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários**
Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**
Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, **ASAFOM**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**
Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**
Neiva Conceição Dias Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**
Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**
Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**
Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**
Tarsila Crusius, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**

FALTAS JUSTIFICADAS:

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**

Mariana Santos de Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**

Vera Regina Boose e Neusa Maria Liedtke, **Federação Espírita do RS – FERGS**

DEMAIS PRESENTES:

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**

Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Vamos iniciar, então, mais uma plenária. Acho que é importante a gente ter como início alguns retornos na realização da próxima semana. Na próxima semana já retornamos lá na SMIDH, às comissões pela manhã, plenária à tarde, tudo presencial. Comissões de acordo com a sua organização, mas já as comissões retornamos, bem direitinho. Também, quarta-feira que vem nós vamos ter às 11:15 com a Dra. Cristiane Catarina. Ia ser esta semana, daí ela pediu para adiar, semana passada pediu para adiar, espero que agora na próxima semana dê certo com a Cristiane Catarina. Às 14:00, na semana que vem, nós temos a nossa plenária e temos a presença do Secretário Juliano, que vai estar trazendo também algumas atualizações sobre o funcionamento do Funcrância, e também algumas questões de propostas para nós. Propostas para nós. Aí, às 16:30, tudo na quarta-feira que vem, às 16:30 nós vamos ter uma reunião com o Ministério Público com o Dr. Rodrigo. Porque o que aconteceu lá atrás? Nós tivemos uma reunião com o Secretário Juliano, com vários, a Dra. Maria Augusta, quando eles trouxeram a proposta de que a gente pudesse estar fazendo algumas ações de parcerias, lembram? Lá na secretaria que a gente teve essa reunião, questões administrativas e tudo mais. Nessa reunião aí, nós nos queixamos, eu me queixei da estrutura, de todas as questões que a gente já conversa aqui. E aí, nessa reunião, já ficou a função da gente ter o contato desse

promotor novo que estava assumindo a função ali. É que o Ministério Público é dividido em várias áreas, vamos dizer assim. E aí quem está com a responsabilidade de herança pública, Funcriança, vamos dizer assim, é o do Ministério Público. Eu não vou lembrar o nome agora. Mas, então, o Dr. Rodrigo, ele tem esse papel lá no Ministério Público. E aí então, nós vamos ter uma reunião com ele. Eu chamei a secretaria do Funcriança para estar junto conosco nessa reunião, o secretário já confirmou a presença dele, para que a gente possa, eu acho que mais do que a gente ir ao Ministério Público, é a gente também alinhar algumas coisas com a secretaria. Porque não adianta a gente ir como se a gente estivesse fazendo fofoca da secretaria. A gente não está fazendo fofoca, a gente quer, na verdade, como adultos, elevar o problema e resolver o problema. E ver com a secretaria o que pode ser encaminhado, o que não pode ser encaminhado, e o Ministério Público com o poder de Ministério Público fazer a fiscalização dele. Então acho que é bem isso. Eu encaminhei o mesmo ofício que a gente tinha encaminhado para o Secretário Juliano, também para o Secretário André Coronel, com todas as questões de estrutura, questões de Funcriança, questões de campanhas também, de editais também que a gente não consegue solucionar. Estou pedindo também para o fórum fazer uma pesquisa atualizada dos problemas que a gente está tendo enquanto instituições, que as instituições vão poder estar enviando para nós, para a gente poder ver o que tem. E aí eu acho que a gente consegue avançar um pouquinho. Nesta reunião, eu gostaria que a gente pudesse estar indo com a executiva, mas também gostaria de ver se algum outro conselheiro gostaria de ir. Você se dispõe? Quem mais que não é da executiva? Porque da executiva já está, mas enfim. OK. Mas aí na reunião de quarta-feira que vem, às 16:30 no Ministério Público. Tem plenária igual. Às 11:15 tem executiva com a Dra. Cristiane Catarina, às 14:00 tem o Secretário Juliano e a plenária normal, às 16:30 lá no Ministério Público com o Dr. Rodrigo. É bom a gente se alinhar antes. Tem o ofício ali já, daí eu volto lá na executiva que acho que eu não botei ainda. Aí eu já boto ali na executiva para a gente poder alinhar também. Mas são essas questões assim. Uma outra questão também que eu acho que é importante é a gente falar sobre o projeto de abordagem social. Nós tivemos uma reunião com o fórum e a SMAS no dia 4. Aconteceu dia 4. E aí, nós fizemos uma conversa lá, SMAS, CMDCA, fórum e as instituições. Então, ainda tem bastante dúvida em relação ao projeto de abordagem social por parte das instituições. A proposta da SMAS é diminuir a quantidade de locais, se eu não tiver os termos corretos aí você me ajuda, diminuir os locais em que as instituições fazem, os locais polo, vamos dizer assim, locais polo em que as instituições são. Hoje são 11 parcerias, e são 9 instituições parceiras, algumas bem

mais. E a ideia desses 11 é diminuir em 5 para toda a cidade, fazendo em macrorregiões. Ampliando, digamos assim, o Pão dos Pobres ficaria em conjunto, mais ou menos assim. Depois a gente poderia pegar e até pedir para que eles viessem apresentar para nós, que acho bem interessante a gente poder ter um conhecimento um pouquinho melhor. O que a gente trouxe? Enquanto instituições foi apontado de que seria interessante a SMAS ter falado com as instituições antes, principalmente quando detectou os problemas, na verdade, porque para fazer essa revisão, teve uma situação provavelmente de algum problema que tem que ser revisto, porque aquele modelo não está dando certo. Então, a partir daí, podia ter sido feito um monitoramento, alguma coisa assim em relação à SMAS. Também, eu não falo nem da quantidade de trabalhadores que vai ser diminuída, mas eu falo da quantidade de serviço no total. Hoje em dia, a gente sabe que tem uma população ainda maior de moradores em situação de rua. Nós estávamos com uma população de rua de 5.600 pessoas. E aí, então, desses 5.600, trabalho infantil, que já foi apresentado para nós também, não chegava, entre todos os que estavam sendo levantados na cidade, não chegava em 300. Isso, quanto conselho, fomos sinceros, ficamos bem felizes porque a gente consegue eliminar. Só que nós estamos com algumas, e aí isso que eu trouxe como dificuldade, nós estamos com algumas questões, porque esse trabalho infantil é até 17 anos. Porque depois de 17 anos provavelmente triplica. Porque o que a gente tem visto de gurizada do serviço de convivência depois de 17 horas do trabalho infantil não está no gibi. Eles já entenderam o funcionamento da rede. E aí eles estão frequentes na escola, frequentes no serviço de convivência e atuando no trabalho infantil. Eles estão frequentes em tudo que é lugar e no trabalho infantil. E também é onde também tem os horários da rede de funcionamento ali. E aí, então, acho que a gente precisa ainda conversar, ainda tem bastante desencontros de números por onde vai ser feito realmente as aferições. Nós ficamos de sentar e retomar também com os secretários, para a gente poder fazer outras propostas. E aí eu acho que por isso que era interessante, talvez, a gente combinar de a SMAS apresentar para nós. Porque a gente ainda não fez essa apresentação, a gente combinou e não fez. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que, na verdade, existia o GT desde 2023 que conversava sobre a abordagem, sobre população de rua, sobre abordagem, com a SMAS. Já estava há algum tempo, existia esse GT. Eu estava em 2024 na SMAS, voltei em 2025 quando retomaram a partir de onde já estava. Então me parece, não é da minha profissão, mas me parece que já foi feito um diagnóstico, que é o que a Vera trouxe. A partir deste diagnóstico, eles têm essa proposta de reordenar a abordagem. Daí tem toda aquela

224 questão histórica, que a abordagem antes era de criança, depois de situação de rua de adultos.
 225 Então hoje, nesse reordenamento, o trabalho infantil vai para dentro do Creas. Sai da abordagem
 226 e vai, claro, com a abordagem, mas quem fará essa abordagem, quem fará esse
 227 acompanhamento de fato é dentro do Creas. Isso, mas as equipes de abordagem dentro do Creas.
 228 Mas não vai ser nessa proposta de reordenamento de macroterritório. Ao identificar o trabalho
 229 infantil, ele não fica com essa abordagem, ele é contrarreferenciado para o Creas, para ser feito
 230 o acompanhamento do Creas. E aí, já existe lista de espera, aí cada um tem as várias realidades.
 231 Mas o que a Vera trouxe, daí a gente está partindo de um diagnóstico técnico. O que ela trouxe
 232 é que esse olhar a SMAS vai ter para dentro do seu equipamento que é próprio, e que uma vez
 233 identificando que tem que ser ampliado, que tem que ser também reordenado, isso vai ser feito.
 234 Então, neste primeiro momento esse start é o reordenamento da abordagem mesmo, específico
 235 das entidades que hoje atendem a abordagem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 236 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Que são
 237 nove que eu tentei olhar. O que eu trouxe também ali é de que hoje o trabalho infantil seria a
 238 forma de acessar pelo 156. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de**
 239 **Assistência Social – SMAS:** Que a gente já conversava sobre a dificuldade, Carol. E que eu
 240 acho também que este conselho pode, junto com o fórum, estar fazendo essa discussão no que
 241 compete à criança e ao adolescente. E eu acho que a equipe técnica do Creas... **Carolina**
 242 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 243 **(Topogigio) – Presidente:** É, e ali dentro do 156, não sei se vocês fizeram já essa busca. É
 244 muito complicado. Tu entra em várias abas para poder entender onde é que é. E o 156, pior
 245 ainda. É muito complicado também. Então, eu acho que são algumas coisas que a gente pode
 246 estar trazendo, porque são situações em que se a pessoa vê uma criança em situação de trabalho
 247 infantil, é na hora. Ela vai pegar ali e vai fazer a denúncia na hora. Se tiver que fazer isso, fazer
 248 aquilo, já não vai fazer, vai fazer o que tem que fazer. Acho que isso é uma pauta excelente.
 249 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Eu acho a proposta que estou ouvindo
 250 sobre a questão do acompanhamento dos Creas, a gente vê que os equipamentos não estão
 251 preparados para receber mais um programa, um serviço. O recursos humanos está deficitário
 252 nos Creas. O Creas do Partenon, inclusive, o Ministério Público já mandou fechar porque é
 253 insalubre. Já estão procurando um espaço lá no Partenon para tentar colocar um Creas mais
 254 qualificado. Para quem conhece, lá na Barão do Amazonas, é uma residência que foi adaptada,
 255 mas para trabalhar em grupos ou equipes, não dá. Nós discutimos a questão da abordagem à

criança, não é chegar àquela impossibilidade de pegar a criança e já jogar dentro do carro. O educador tem que criar o vínculo com a criança. Não vai, de uma hora para a outra, arrastar a criança da rua para colocar na sua casa ou levar para o Creas. Então, tem que criar aquele vínculo, tem o vínculo do educador com a família e tudo, e depois tem o acompanhamento da equipe. O meu temor é se o Creas vai ter pernas, pois o Creas já está com suas dificuldades. Como diz o David, que é da medida socioeducativa, também são do Creas, estão sendo encaminhados para lá. Então, esta é a situação. É um debate que tem que ser mais esclarecido. 300 crianças, para um universo, eu acho que é pouco. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu penso sobre o que a secretaria está provocando e lançando isso. Nós temos o ano de 2026 como o ano que a gente vai precisar refazer todas as parcerias. Então, é a secretaria que tem que provocar essas renovações. Vai aparecer o da abordagem, a gente já fez o grupo de trabalho. O serviço de convivência infância já fechou o projeto. Já tem o da adolescência aprovado, já se fez o da infância, que falta para o CMAS, para estar fazendo os últimos ajustes referentes a valores, porque a gente sabe que tem meta que eles queriam lá em cima, meta que eles queriam lá embaixo. Como faz isso ficar um termo para todos ficarem iguais, uniformes? É uma conta bem difícil. O do idoso já está indo também, já está no CMAS o projeto do idoso. O projeto da inclusão também já está no CMAS. O Pop também está no CMAS. Todos os serviços que vão ter que renovar as parcerias têm que ter projeto aprovado no CMAS. E o projeto da abordagem é de 2013. Ele foi fazendo ajustes, então teria que ter sido feito. Acho que é um debate que agora, neste momento, talvez a secretaria não vá ter perna para fazer, mas acho que tem que ser feito. Em nenhum momento foi dito que não podia ser feito. Tem que enviar alguma coisa e, se nós não tivermos projeto aprovado, a gente não pode fazer parceria, porque é fundo nacional e tem que ter projeto aprovado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tranquilo. Eu acho também que uma das questões que eu trago é que a gente sabe que a família muitas vezes quer e fica com o trabalho infantil, que é o nosso ponto maior principalmente aqui no conselho. No trabalho infantil, nós temos famílias em que são transgeracionais. O pai foi, o avô foi, então é uma questão de que isso é algo que a gente tem que trabalhar também quanto assistência, quanto conselho, pensando em uma forma de combater isso. Eu acho que essas questões a gente tem que conversar, porque a gente vai pegar alguns planos. Isso foi o que eu falei na reunião. Foi muito boa a reunião com as instituições. Eu acho que faltam essas reuniões com as instituições, porque tem o técnico e tem

o presidente. Muitas vezes, o técnico não se dá conta de que a instituição que está por trás dele é aquela instituição, não a SMAS. A SMAS é a parceira daquela instituição e não o técnico. Mesmo assim, a gente precisa reforçar que aquele técnico não está fazendo o encaminhamento legal, aquele técnico não está fazendo um plano adequado. Como eu disse, me lembra muito no acolhimento institucional, o que o Frei fala, o João fala, que quando chegava ali era só o anexo 2, era só preencher o nome da criança, e olha lá, e colocavam lá para dentro. Então, falta na origem, no início. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretária Municipal de Assistência Social – SMAS:** Se falta no início, falta o básico, que é pegar o nome daquela criança e daquela família e colocar no GSUAS, que é uma ferramenta que está na vida já há algum tempo. Hoje tem assim, como a Vera trouxe, tem o dado e tem o dado do GSUAS que não fecham, que não combinam, que não batem. É complexo falar, porque tem a questão da ética, mas relatórios que você não pode aproveitar para um acolhimento futuro, relatório que chega lá "cheguei, olhei, não quis conversar comigo, fui embora" ou "não tive êxito". No dia tal, foi a abordagem sem êxito, pronto. São relatórios que precisam de ajustes. Para isso, o pessoal trouxe que, em algum momento, tem que ter sido visto antes. Então, talvez faltou isso também da secretaria, esse monitoramento, porque o Frei trouxe isso, que se a gente tinha problemas, deveriam ter sido monitorados. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu queria combinar com vocês de a gente poder ter este olhar, combinar com o pessoal da SMAS para podermos conversar e eles trazerem essa apresentação para a gente poder conversar um pouquinho. Nós sabemos a quem compete a aprovação, que é o CMAS, mas a gente precisa ter este olhar quanto criança e adolescente. Nessa mesma linha eu coloquei lá para vocês sobre o diagnóstico que está sendo feito na primeira infância. Nós temos vários conselheiros aqui que fazem parte dessa comissão, é um trabalho que está sendo feito bem legal. Semana passada eu tive uma reunião com a Tarcila e com a Fran, para a gente poder estar alinhando também, conversando um pouquinho. E aí eu combinei com a Tarsila dela poder apresentar para nós um pouquinho, assim, o resumo do resumo para nós. São milhares de folhas, um diagnóstico bem estruturado, e aí até para a gente poder ver o que que mais falta ali. Então, é um diagnóstico preliminar, não é um diagnóstico que já está fechado, como diz a Tarsila, ele é muito rico, mas é um diagnóstico que vai ter um plano a partir do diagnóstico. E aí, principalmente o plano vai nos, nós vamos entrar também. Então, eu fico muito feliz que na parte do diagnóstico já tem vários conselheiros, mas às vezes, como é tão longe do nosso conhecimento a criança bem pequenininha, que nem a gente estava

320 almoçando e aí a gente estava conversando, só vou fazer uma fofoca, aí eu estava dizendo para
321 a Rosana que a criança de 6 anos ela quase ganha a maioridade. Com 6 anos na educação infantil
322 ela sai, ela vai para o serviço de convivência, ela começa sozinha na escola, ela começa a andar
323 no morro sozinha, lá é morro, ela começa a andar no morro sozinho, ela faz tudo sozinha. Com
324 5 anos e 11 meses não, porque ela é educação infantil. Então, é muito engraçado, não é nada de
325 engraçado, mas assim, se torna isso estranho para nós. Então, essas questões de serviços
326 diferentes muitas vezes elas ficam tão longe da gente que a gente não conhece. Então é
327 importante a gente ter essa visão do todo. Tarsila? **Tarsila Rorato Crusius, Secretária**
328 **Municipal de Educação - SMED:** Pessoal, boa tarde. Foi muito bom a gente ter conversado,
329 porque apesar de a Carol ser representante do CMDCA no Comitê da Primeira Infância, ela não
330 costuma aparecer muito por lá. [Risos]. Ela é sempre muito bem representada, eu sei da correria.
331 Na verdade, é a Carol, é a Natália e a Fran está aí também dando esse suporte. A gente entende
332 que, cada vez que fala de comitê, de conselho, a gente vê que muitas vezes são as mesmas
333 pessoas circulando em locais diferentes com pautas diferentes, mas todas elas se integram. E
334 isso é o que é importante, que a gente consiga se ver como parte de uma rede e que a gente, em
335 alguns momentos, vá pensar em fortalecer determinadas estratégias, determinadas ações.
336 Quando eu estava conversando, comentei com a Carol que nós estamos nesse processo que é de
337 construção e consolidação em Porto Alegre da política municipal integrada da primeira infância.
338 Eu já vim aqui duas ou três vezes e contei isso no conselho. Eu acho que teve um certo momento
339 nessa caminhada que eu me dei conta de que a gente precisava entrar em uma mesma página
340 para entender como a gente está pensando, que olhar a gente está dando para essa ideia do
341 desenvolvimento integral da primeira infância. A política municipal integrada da primeira
342 infância surge de onde a necessidade? Surge de onde o olhar para essa criança de 0 a 6 anos?
343 Pode passar, Carol. Nós temos toda a questão dos nossos marcos legais, que eu já falei aqui.
344 Começamos, então, em 2016, com o marco legal da primeira infância, que o nosso próprio
345 Estatuto da Criança e do Adolescente menciona, e a nossa Constituição vai falar de proteção
346 integral. O marco legal da primeira infância vai tentar se colocar um pouco mais nessa questão
347 do desenvolvimento integral da primeira infância. Esse é todo um movimento que é pensado
348 internacionalmente, não é só aqui no Brasil. Olhar para o desenvolvimento integral da primeira
349 infância e pensar políticas integradas para a primeira infância são estratégias, são um conjunto
350 de conceitos que estão sendo trabalhados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo
351 BID, pela Unicef e pela Organização Mundial da Saúde. Nesse processo que já tem mais de 20

anos, a OMS, a Unicef e o Banco Mundial propõem este marco referencial para quem está pensando políticas públicas para a primeira infância, para pensar, dentro das políticas públicas, como essas políticas incidem sobre o desenvolvimento integral na primeira infância. A proposta de marco referencial que a gente está pensando para essa política municipal integrada é o Nurturing Care Framework, ou cuidados integrados. É proposto, então, pela OMS, Unicef e Banco Mundial que se veja o desenvolvimento integral da primeira infância a partir de 5 domínios da proteção integral. As nossas políticas, as nossas ações, quando forem olhar para a criança, que é esse ser em desenvolvimento, sob uma perspectiva de política pública, não só sob a perspectiva do indivíduo, mas quais são as ações e as políticas que eu vou buscar fomentar, eu vou estar olhando, então, a partir desses 5 domínios da proteção integral. Então, esse Nurturing Care vai orientar os gestores públicos a partir desses 5 domínios que eu vou falar aqui, que é a parentalidade ou os cuidados responsivos. E a gente vai estar tratando de proteção e direitos, a gente vai estar falando de oportunidades de aprendizagem, saúde, alimentação e nutrição. Entendendo que, quando a gente fala da primeira infância, a gente não está falando só da criança, a gente está falando de toda a família. Então, não sei quantos de vocês já tiveram acesso a essas pesquisas, mas, por exemplo, quando você tem um cuidador que estudou mais anos, esse é um cuidador que vai poder propiciar melhores cuidados de saúde para essa criança. Quer dizer, a mortalidade infantil em famílias com cuidador, com mãe analfabeta, é maior do que a mortalidade infantil em famílias com cuidadores que tiveram acesso a mais anos de estudo. Então, a gente sempre vai estar falando da família, a gente sempre vai estar falando de todo o ambiente de cuidado dessa criança. Então, a nossa política está sendo construída a partir desta lógica. A gente teve em março a publicação da política municipal, que trouxe as nossas diretrizes que orientam a promoção do desenvolvimento da primeira infância e que criou o Comitê Municipal da Primeira Infância para desenvolver um plano municipal, que é esse processo que a gente está fazendo, um plano municipal que dialogue com os nossos mecanismos de planejamento, com o nosso PPA, com as nossas leis orçamentárias. Para isso, a gente vai fazer primeiro esse processo de trabalho com o diagnóstico intersetorial. Esse diagnóstico, apesar de a gente estar olhando as 5 dimensões do Nurturing Care, não sei quantos de vocês puderam olhar o documento que a Carol passou ontem, mas a gente está pensando em um conjunto maior de dados de indicadores. Por quê? Porque as nossas políticas são divididas assim. Então, quando a gente vai falar dentro de uma das dimensões que é a proteção, a gente vai estar falando aqui, especialmente, das políticas de direitos da criança, proteção aos direitos

da criança, e as nossas políticas de assistência social. Na verdade, elas se unem lá no Nurturing Care, estão principalmente dentro da proteção integral, mas como a gente tem essa política dividida aqui, a gente fez indicadores separados para as duas. Lembrando: esse processo, que é o que a gente está agora terminando, a gente está querendo aprovar no âmbito do comitê esse diagnóstico na nossa próxima reunião, que vai ser na sexta-feira que vem. A gente quer aprovar porque a gente precisa ter um ponto de partida para começar a pensar nas estratégias para o nosso plano municipal. Então, o nosso momento agora é de conclusão desse diagnóstico. Entender que o diagnóstico não é um fim em si mesmo, a ideia é que ele oriente prioridades e metas para a política municipal. Quais são os conjuntos de indicadores que a gente está levantando? A gente tem o diagnóstico, os nossos indicadores sociodemográficos: quantas crianças são, como elas têm nascido, a gente vai ver essa curva de tendência de redução do número de nascidos, que vem sendo consistente ao longo dos anos, mas em 2025 a gente já teve um aumento no número de nascidos. Quer dizer, quem são as nossas crianças, onde elas moram, quais são as condições de vida delas. O nosso diagnóstico socioeconômico, em que a gente vai ver como incide a pobreza, como incidem as más condições de moradia, a nossa questão de como estão concentradas na primeira infância as vulnerabilidades sociais, como a questão de raça e cor vem incidindo de forma evidente na vulnerabilidade social dessas crianças, e não só das crianças, das crianças e das famílias, as nossas questões de monoparentalidade, o peso que recai de forma muito mais intensa sobre as mães, sobre as mulheres do que sobre os homens. Nós temos a questão da educação, em que a gente está vendo a questão de acesso, qualidade da educação e como é que a gente está conseguindo avançar na questão da educação inclusiva. Os nossos dados de saúde: vacinação, morbidade, enfim, várias outras questões relacionadas à saúde. Nós separamos porque o marco Nurturing Care vai separar saúde de alimentação e nutrição, e nós separamos também porque nós vamos ter políticas de alimentação e nutrição que são desenvolvidas no âmbito das escolas, no âmbito de vários outros espaços, não só da saúde. Parentalidade e cuidados responsivos: aqui nós temos a dificuldade intrínseca de definição de indicadores, são indicadores muito mais subjetivos em geral, mas a gente está buscando especialmente a monoparentalidade, a gente está buscando informações nas certidões de nascimento, quer dizer, crianças com registro de nascimento in nome apenas de um dos genitores e algumas outras indicações que a gente tem buscado em referência na literatura para tentar definir indicadores de parentalidade. Esporte, lazer, cultura e meio ambiente, que são acessos a espaços, experiências e oportunidades para o desenvolvimento integral. Eu quero

adiantar um pouco para vocês que o diagnóstico já produz movimentos. Então, a gente já tem, por parte tanto do meio ambiente quanto da cultura, um diagnóstico de um certo vazio de ações direcionadas para a primeira infância especificamente, e isso já gera um movimento no sentido de se pensar, por exemplo, na cultura, os próximos editais e chamamentos para projetos culturais que tenham um olhar para a primeira infância, e de a gente estar talvez retornando alguns movimentos pensando na questão dos espaços de vivência dessas crianças, dos nossos espaços públicos, pensando não só na criança, não só no adolescente, mas na criança na primeira infância e suas famílias, porque a criança na primeira infância não vai sozinha para a praça. Que atividades e que ações a gente pode estar pensando em promover para as famílias? Direitos, segurança e proteção: em que a gente vai nos desafios para a garantia de direitos e enfrentamento das situações de violação de direitos, e a gente está indo também no PPA, no que a gente já tem estabelecido para a primeira infância, para as famílias, no nosso Plano Plurianual 2026-2029. Então, o diagnóstico integra diferentes dimensões da vida das crianças e das famílias para identificar essas questões: avanços, desafios, desigualdades e prioridades para a gente poder construir o nosso plano. Aquele documento que a Carol passou para vocês, eu falei hoje com a Paula de manhã, e ela está assim: "estou olhando, estou olhando, é muita informação, é muita informação". E ele nos traz uma maneira interessante de a gente estar olhando exatamente juntando todos esses lados e todos esses vieses, pensando realmente como é que essa primeira infância, através das políticas, através das famílias e na sociedade, ela está sendo ou não atendida e tendo o seu desenvolvimento promovido. Na verdade, eu não trouxe dados e não sei se você pensou em acrescentar alguns dados, porque são tantos dados que até para escolher os dados é meio complicado, mas o que é importante para nós: se vocês puderem tomar um tempo dos próximos dias de vocês para dar uma olhada naquele documento, sugerir, perguntar e reforçar, trazer o olhar de vocês sobre esse diagnóstico, passar para a Carol e para a Natália algumas impressões de vocês, vai ser importante porque, quanto mais mãos puderem amassar essa massa aí, mais ela vai crescer e vai poder nos ajudar mais. **Nicolas Souza, ASAFOM:** Posso dar uma pincelada ali? Desculpa, boa tarde. Tem ali na página 63, tem algo que me chamou a atenção, considerando que a estimativa de 92.118 crianças de zero a seis anos residentes em Porto Alegre em 2025, aproximadamente 48.711, ou seja, 52,9% estavam inscritas no Cadastro Único, 18.404, ou seja, 37,4% eram beneficiadas do Programa Bolsa Família. A pergunta que eu deixo: mais da metade da primeira infância está no Cadastro Único. Como esse dado vai ser transformado em prioridade territorial? De que forma isso vai ser feito

dentro do plano da territorialidade da primeira infância? O que vai variar nessas coisas? **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Não, Nicolas, por enquanto só está jogando os dados. Na verdade, o que acontece? A primeira infância já é público prioritário da assistência. A gente já tem todo um conjunto de prioridades estabelecidas nas nossas políticas para as crianças, mas a gente tem que olhar de diferentes maneiras. Eu acho que, por exemplo, o projeto de integração de dados que está sendo construído em conjunto com a PUC, que vai ter ali o recurso do BID para tocar isso, ele vai nos ajudar a entender onde essas crianças estão circulando ou não estão. Eu vou te dar um exemplo. Quando a gente fala de crianças de zero a três anos, vamos falar da educação, que é de onde eu estou vindo. Quando a gente fala de crianças de zero a três anos, é direito da família matricular ou não essas crianças. Claro que você vai dar uma prioridade, você vai trabalhar para os direitos dessa criança: alimentação, cuidados, serviços de convivência serem garantidos, de priorizar, então, que essas crianças vão, por exemplo, para uma creche, como uma maneira de proteger essa criança no período em que ela estiver, e permitir que a família, por exemplo, possa buscar fontes de renda, recurso e tudo mais. Já a pré-escola é uma obrigação. Então, quando você for ver na educação, você vai ver o gráfico da evolução da cobertura de creche e pré-escola em Porto Alegre, quer dizer, mas não só na rede municipal. O que acontece? Agora a gente está realmente conseguindo estabelecer a garantia de acesso à vaga na pré-escola, coisa que Porto Alegre ainda não tinha conseguido garantir. Então, por exemplo, tem uma criança de 4 anos, a família procurou a vaga na pré-escola e não conseguia muitas vezes porque não tinha essas vagas. Nós estamos construindo 10 escolas, estamos realmente podendo ampliar o acesso à pré-escola. Qual é o problema? Como Porto Alegre historicamente não conseguia nem garantir o acesso à pré-escola a quem procurava, então Porto Alegre também nunca foi fazer a busca ativa para aquelas famílias que não procuravam. Nós passamos agora a ter um problema que nós vamos ter que enfrentar: a gente não sabe quantas crianças de fato estão fora da pré-escola, porque nós nunca pudemos parar para olhar para isso. Veja, é um momento de virada em que a gente vai ter que construir estratégias intersetoriais para garantir a universalização do acesso à pré-escola e buscar crianças que os pais não tenham ido buscar. Então, exatamente, como isso está sendo visto na territorialização? **Nicolas Souza, ASAFOM:** Até porque tem crianças ali dentro, tem que ali essas crianças estão dentro do Cadastro Único. Logo, a gente já está com a proteção social básica. Então, em que momento a proteção social básica também está pensando a primeira infância para estar tendo esses marcadores de quantidade de crianças dentro do Cadastro Único,

480 e não se passar a política de primeira infância só olhando com esse olhar? **Tarsila Crusius,**
 481 **Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Vamos lá. E a territorialização entra muito nisso
 482 também. Eu vou dar só o exemplo da pré-escola, só esse exemplo. É que ali, de zero a seis anos.
 483 A gente tem os dados desdobrados, mas só vou completar com outro dato aqui. A gente tem
 484 situações em que as famílias buscam em uma determinada região, mas aí você tem excesso de
 485 vagas, só que vaga em creche, e falta vaga em pré-escola, por exemplo. Isso tem que ser olhado
 486 porque essas escolas que estão sendo construídas, elas têm que ser construídas não só por se
 487 construir, elas têm que buscar atender a uma demanda de fato que está existindo lá. E essa
 488 articulação lá na ponta vai ter que se fortalecer. Ou seja, vai perguntar tanto da assistência social,
 489 eu vou perguntar também dos direitos, dos conselhos tutelares, todos nós vamos ter que olhar e
 490 pensar dentro da rede de proteção como é que a gente vai trabalhar esse conjunto de políticas
 491 para que elas se conversem e para que esses direitos sejam atingidos. **Sônia Silvestrin,**
 492 **Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Não, bem de fato, que eu estava pensando o seguinte:
 493 eu acho que a colocação do Nicolas é superpertinente e a ideia do diagnóstico, e a gente
 494 participou enquanto saúde porque a gente tem infinitos números e dados, a ideia do diagnóstico
 495 é colocar a situação dessa faixa etária na cidade para que, a partir do diagnóstico, a gente possa
 496 otimizar, que é o que você está colocando, de territórios prioritários, porque a gente sabe, tanto
 497 na saúde quanto na educação, a gente tem lacunas de ofertas. A gente tem mais ofertas em
 498 alguns espaços, em alguns territórios, e menos ofertas em outros, o que não é igualdade, não é
 499 equânime. Tem muito mais escolas em determinado espaço com um acesso melhor, e os mais
 500 excluídos permanecem excluídos. Porque como que uma mãe vai andar 10 quilômetros para
 501 largar o seu filho e depois vir no centro fazer a faxina? Então, a ideia, Tarsila, e a gente falou
 502 muito sobre isso, é dar sentido para a implementação de espaços tanto de, da cultura, no lazer,
 503 na educação, na saúde e também na assistência. Entende? Então, eu acho que esse olhar de todos
 504 nós que aqui representamos espaços, que estamos aqui fazendo essa parte, por isso que a ideia
 505 de dar uma olhada, nem que seja uma olhada mais geral, porque olhar como a gente está
 506 olhando, eu e a Paula, a minúcia, ela é um esforço de muitas horas, porque são dezenas de
 507 páginas o diagnóstico. Mas focar naquilo que de repente faça mais sentido para cada um de nós
 508 e a partir dali fazer sugestões, para que a gente depois pense nas principais ações que essa
 509 política vai gradativamente ser implementada. Que a gente não vai conseguir colocar em prática
 510 tudo o que está posto em 4 anos. Mas em 4 anos se revisa e novamente se propõe. **Nicolas**
 511 **Souza, ASAFOM:** É que, na verdade, a gente vê na prática, no cotidiano lá das escolas, onde

não tem os dados tão tangíveis e reais, principalmente dentro do CadÚnico. E essas crianças muitas vezes não aparecem dentro do sistema da SMED, porque o sistema de informação educacional da SMED, às vezes, estão lá dentro do CadÚnico e muitas vezes vão ser duplicadas, provavelmente as crianças porque vai estar dentro do território do CadÚnico e dentro do território da SMED. Então essa coisa do detalhamento da informação... **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** E da vacinação, e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento na saúde. **Nicolas Souza, ASAFOM:** Porque daí a gente se atenta muito à questão da pré-escola, que é idade obrigatória a partir dos 4 anos. Então, as outras idades ficam vulneráveis, acho que vulneráveis no sentido de que não tem informação tangível de onde estão ou quem são e de que território são essas crianças. E aí o município se atenta a isso, se atentar a construir creches, abrir mais escolas logo, mas não se atenta com a prioridade daquela faixa etária ou a prioridade do território em si, que é essa questão que é o que a gente está tendo hoje no déficit de vagas. Foi se ampliado as vagas, claro que sim, mas não se houve uma abrangência do próprio território de onde está sendo construído o próprio imóvel. Tem muitas comunidades que estão se subsidiando dentro da sua própria comunidade. Então, a questão financeira, social, saúde básica, tudo está dentro daquele território e o município insiste em forçar com que a família saia desse território e vá para outros com uma política de vaga, que é onde a gente não está tendo uma equidade nem uma inclusão. A gente está fazendo uma distinção e separando os territórios, onde na verdade eles poderiam estar se igualando muito, mas trabalhando no mesmo propósito que é fazer essa macro regionalização das informações de vagas. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Assim, a gente também quando começa a fazer o diagnóstico, a gente vê que já está indo na frente: "O que eu vou fazer com isso?" Volta, o diagnóstico é para olhar. Mas assim, a gente tem a questão da própria regionalização, que a Ada trouxe, quer dizer, nós temos que mais uma vez fazer esse esforço para unificar as regionalizações da saúde, da assistência e da educação, de atendimento. O planejamento municipal é por região do Orçamento Participativo, mas nem todas as nossas políticas estão regionalizadas dessa forma, elas se encontram. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Cada secretaria tem uma divisão territorial diferente. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** E o que tu trouxe é outra coisa que a gente vai ter que ver, que a gente vai ter que tentar entender, o que a gente precisa e o que a gente pode. Então, por exemplo, quando a gente for falar do PIM, quando a gente for falar do Programa Criança Feliz, que é o nosso PIM da assistência, até onde a gente pode ir para

544 fortalecer, porque daí sim é esse público que está fechadinho dentro de casa e que esses
 545 programas de visitação domiciliar e promoção da parentalidade, eles entram por aí na garantia
 546 de direitos e tal. Mas a gente também tem que ver até onde a gente pode ir, como é que a gente
 547 pode pensar em fortalecer, sendo que o Criança Feliz está passando por um reordenamento e
 548 vai mudar a sua forma de trabalho. Será que a gente pode pensar nisso a partir do ano que vem?
 549 Tudo isso a gente vai ter que depois sentar e conversar. **Natália Laurindo, AHMI:** E assim, eu
 550 tenho, eu contribuo também, a Pri está super junto no comitê, mas eu tenho, a gente escuta um
 551 discurso do representante da Secretaria de Educação dizendo que acabaram as esperas por vaga
 552 de crianças. Isso é uma coisa que como a gente está fazendo escola, minha discussão agora, a
 553 gente está fazendo escola, a gente escuta em todo o discurso deles dizendo: "zeramos a fila de
 554 espera". Só que lá na ponta, não zerou a fila de espera, pelo contrário, tu conversa com as
 555 instituições, as famílias ficam se batendo nas escolas pedindo vaga, daí entra na questão da
 556 regionalização assim, que o Nicolas trouxe. Só que assim, eu acho que o discurso do
 557 representante da educação não condiz com a realidade e até o do diagnóstico que está sendo
 558 feito, sabe? E tipo assim, a gente está com déficit de vagas, a gente está com falta de
 559 transparência nessa questão de vagas, porque a prefeitura ela não consegue nos dizer quantas
 560 crianças precisam de vagas para a escola, porque eu acho que nem a prefeitura sabe. Porque é
 561 esse discurso que o secretário acaba trazendo nesses espaços de inauguração de escola ou de
 562 formações e tudo mais. E aí o que eu trouxe isso para pensar na questão do diagnóstico. O
 563 diagnóstico ele é feito pelos dados da prefeitura ou a gente vai ter alguma, a gente consegue
 564 fazer alguma busca ativa nos territórios de escutar para talvez casar com o que o Nicolas disse
 565 disso? Porque as mães elas acabam não vindo nem fazer a inscrição na SMED para vaga, porque
 566 questão de falta de acesso, elas não conseguem. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria**
 567 **Municipal de Educação - SMED:** Então assim, eu vou te responder assim, existe uma coisa
 568 que é a abertura de interesse, que esse ano, pela primeira vez, foram feitas duas manifestações
 569 de interesse por parte dos pais, no primeiro semestre e no segundo semestre. Primeira vez que
 570 se está tentando fazer isso porque existe uma tentativa de ir adequando a demanda à oferta. A
 571 gente sabe, assim, foram milhares de vagas que foram abertas esse ano. Atendeu ao total da
 572 demanda, na necessidade? A gente sabe que não atendeu. O que que a secretaria está fazendo?
 573 A secretaria, ela vai fazer uma designação de vaga até 2 quilômetros, que vocês sabem disso.
 574 Muitas dessas designações, elas não resultam em matrícula pelos motivos que vocês conhecem.
 575 Ou seja, se tenta dar o bônus pracinha, se tenta ajudar da maneira que é possível, e é feito um

trabalho de um por um, são feitos aqueles mutirões que já foram feitos e conseguiram até resolver alguma coisa ou outra. Mas se fosse uma coisa tranquila, não se estaria construindo mais 10 escolas. A gente sabe que estão sendo construídas 10 escolas, 10 ou 12 escolas, estão sendo terminadas aquelas lá, como é que era o nome daquele programa que teve de escola... Escolas inacabadas, então, se continua ainda atrás de ampliar o número de vagas. Nós nos deparamos com um problema nesse segundo semestre: só 200 e poucas solicitações de vaga para a pré-escola. Não sei se as famílias não estão buscando porque acham que não vão conseguir, porque a gente sabe que existe isso. Ou seja, a gente tem que ir resolvendo o problema de cada vez. **Natália Laurindo, AHMI:** Mas antes, me corrijam da educação se eu estiver errada, antes as mães elas iam na escola pedir vaga, hoje elas têm que ir na prefeitura. E eu acho que isso fez piorar mais essa questão das famílias, porque além de tu tirar a transparência do território de saber a fila de espera, que a Carol tem, por exemplo, 10 famílias lá no Morro da Cruz, a Carol conhece a casa daquela família, ela vai bater lá na Mariazinha e vai dizer assim: "olha só, estou com vaga aqui, tu pode trazer teu filho para se inscrever". Agora essa mãe tem que acessar direto a prefeitura e isso corta na metade a trajetória dessa família, sabe? E eu acho que isso é um debate, não só a questão do plano, mas um debate que facilita com as escolas, enfim, mas isso dificultou muito a vida das famílias para acessarem a educação.

Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED: Eu acho que sempre se tenta melhorar, sempre se está tentando melhorar. Por exemplo, no início do ano foi pelo 156, lembra? E teve um monte de problema de ter sido pelo 156, que eu saiba. Então assim, eu sinto, porque eu estou lá por dentro, que existe uma tentativa de encontrar as melhores maneiras de solucionar, sabendo que não vai ter vaga, a vaga que todo mundo quer para todo mundo e que todo mundo precisa, inclusive, não é só porque eu quero a vaga na escola da Carol, não é só isso. Existe a priorização, que aí tem critérios para a priorização de vaga, que eu não estou lá dentro realmente para saber como é que isso está andando. Mas estão sendo inauguradas novas escolas, se está tentando inaugurar exatamente nos lugares onde não tem acesso, onde tem menos acesso, então assim, o que eu vejo é uma evolução, mas não vejo ainda uma coisa solucionada. **Natália Laurindo, AHMI:** É, mas por exemplo, um caso que aconteceu essa semana, a minha instituição entregou uma escola, com ampliação de vagas. A mãe foi na secretaria e disseram que não tinha vaga naquela escola, sendo que a gente entregou as vagas, a ampliação agora, sabe? E daí vai na escola, tem a vaga, vai na prefeitura, não tem. Aí, tipo assim, eu estou trazendo esses debates pra gente pensar. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria**

608 **Municipal de Educação - SMED:** É porque quem designa é a prefeitura. **Natália Laurindo,**
609 **AHMI:** Mas aí a mãe mora do lado da escola, por que que a prefeitura não designa para o lado
610 da escola? **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Eu não vou
611 poder responder isso, porque eu não sou do setor. Mas existe, isso é importante saber que
612 existem alguns outros critérios que vão se atravessando, e eu acho que, olha, simples eu sei que
613 não é. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
614 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, a gente pode trazer alguns relatos assim. Nós tivemos,
615 quando teve essa saída, digamos assim, das buscas da família na escola, e até acredito que para
616 trazer uma questão maior de transparência e também para pensar realmente que as vagas são da
617 cidade. Não concordo plenamente, porque eu acho que se antes tu atender, eu sou do Partenon,
618 antes de eu atender uma criança lá da Restinga, eu queria que atendesse do Partenon. Então
619 assim, cuidando lá do extremo do extremo da minha região. Mas pensando em 2 quilômetros,
620 que diz a lei, mas ainda assim acontece além dos 2 quilômetros, que são coisas no primeiro
621 semestre que a gente teve gritante, vários erros. **Nicolas Souza, ASAFOM:** Porque daí do
622 sistema era 3,2? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
623 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Exato. E aí também assim, são algumas questões
624 que eu acho que se corrigiu agora para o segundo semestre. Também uma questão que eu sempre
625 reforço é de que daí não é só a SMED, mas de uma forma geral, a prefeitura, ou para não dizer
626 o Brasil, pensa em que as pessoas têm celular, internet e sabem mexer na internet. As pessoas,
627 elas não têm sequer internet, elas entram no Instagram e no Facebook. Essa é a internet das
628 pessoas, Instagram e Facebook. Isso não é o Gov, isso não é o link do 156, não é. E para as
629 pessoas hoje em dia fazer inscrição ou fazer uma denúncia lá no trabalho infantil, tu tem que
630 entrar pelo Gov, entrar pelo 156, tem que saber o teu e-mail. Eu não sei as minhas senhas,
631 imagina as pessoas se vão saber. Então assim, é bem gritante essa situação e que a gente, eu
632 entendo que acaba se transformando, na verdade, mas isso a gente tem que lembrar sempre, de
633 fazer talvez alguns polos de presencial, de inscrições, algumas coisas para facilitar o acesso
634 realmente mais das pessoas de forma geral. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de**
635 **Educação - SMED:** Mas eu acho que isso, Carol, eu acho que o Comitê da Primeira Infância,
636 ele precisa também pensar nisso, porque as famílias, elas precisam ter acesso às condições de
637 acesso. Isso também é parte de um diagnóstico. Isso que tu está falando é um problema
638 geracional. A evolução da tecnologia vai muito mais rápido do que a gente consegue
639 acompanhar, e muito mais rápido, especialmente, do que os mais excluídos e vulneráveis

640 conseguem acompanhar. Então, eu acho que quando a gente for falar em dados, isso é uma
 641 questão que vai ser levantada, junto a 156, e você vai lá e propõe: "como é que a gente vai dar
 642 esse suporte?" **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 643 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É outra questão que a gente tem que olhar, as escolas
 644 têm essa realidade, os serviços de convivência também têm, em que hoje aquele telefone é o da
 645 família. Amanhã não é mais. E aí tu bota o outro, não consegue entrar em contato. Tu não sabe
 646 nem qual é mais o contato da família, o e-mail, e ela vai saber e-mail? Não vai saber e-mail.
 647 Então assim, ela não, e aí tipo assim, meu Deus, com aquele telefone tu não consegue fazer
 648 outro cadastro. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** É, não,
 649 então, tu vê que é um problema estrutural. Eu não sei, sei que tem pessoas que são muito mais
 650 novas do que eu, mas eu morava no interior do Espírito Santo quando começaram os caixas
 651 eletrônicos. E vocês, quem lembra o que que foi o advento dos caixas eletrônicos? Porque tu
 652 não podia pegar e dizer tua senha para a atendente do banco, mas tu também não sabia, e a
 653 pessoa anda com a senha anotada do lado porque ela não vai decorar a senha da conta do banco
 654 para tirar o dinheiro da poupança. Eu não sei idade, então assim, eu acho que a gente precisa
 655 ver, primeiro se colocar atendimento presencial para uma pessoa que não consegue usar o Gov,
 656 eu também não vou poder resolver nada para essa pessoa, porque ela não vai poder me dar as
 657 informações pessoais dela para o atendente, porque tu tem dados sensíveis que o atendente não
 658 vai poder. Então assim, temos que pensar, temos que pensar nisso. É isso. **Carolina Aguirre**
 659 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 660 **Presidente:** É isso? Obrigada. [Aplausos]. Pessoal, eu acho assim, para a gente poder
 661 encaminhar, aguardo algumas questões de manifestação de vocês. Vamos combinar que até,
 662 quando que vai aprovar agora? Sexta? **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de**
 663 **Educação - SMED:** Sexta-feira que vem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 664 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sexta-feira
 665 que vem. Então vamos combinar até sexta agora, de que se vocês tiverem alguma manifestação
 666 para poder enviar, e aí também eu acho que a gente pode estar solicitando para a SMED a
 667 quantidade de crianças por lista de espera, tanto 2026/1 quanto 2026/2. **Nicolas Souza,**
 668 **ASAFOM:** Sim, e melhor que solicitar essa lista de espera, solicitar por território. **Carolina**
 669 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 670 **(Topogigio) – Presidente:** Sim, por território. **Nicolas Souza, ASAFOM:** Mas eles não
 671 querem o 156, eles não querem quem fez pelo Google, eles querem saber quem fez pelo

WhatsApp, eles querem saber se eles têm os dados baseados no território. Porque hoje a gente sabe a realidade da família. Hoje eles estão morando na Lomba do Pinheiro, daqui a pouco eles podem estar na Restinga e vice-versa. Mas a gente precisa ter esses dados também, até para levantamento do diagnóstico verídico do que realmente está acontecendo no município, porque ali está de 2025 o último levantamento que fizeram. **Tarsila Rorato Crusius, Secretária Municipal de Educação - SMED:** O diagnóstico tem atualizado até julho, na primeira chamada. Mas como é que ele está colocado? Quando é designado uma vaga, porque a sintonia fina é que eu não consigo botar no diagnóstico. Mas eu quero dizer que a gente tem participado das discussões das políticas municipais de primeira infância em todo o Brasil. E só deixa eu concluir. A questão das vagas é isso, você designar uma vaga não significa que aquilo vira uma matrícula e uma frequência. Mas como é que a SMED vai responder? Porque esse é o entendimento, foi designado uma vaga, essa criança sai da lista de espera. Então, nós temos uma questão nesse segundo semestre que só foi pincelada no diagnóstico, que é a quantidade de solicitações de vagas de berçário. Isso está preocupando muito as entidades porque são crianças muito pequenas, crianças de 2 meses. E aí as equipes ficam apavoradas, porque como é que eu vou cuidar? A responsabilidade por um engasgo, por qualquer situação. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretária Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que a mãe sai antes do término da licença. Mas quando ela tem problema de saúde ela sai antes e tem que voltar antes. **Nicolas Souza, ASAFOM:** Mas a gente vai considerar que o público não tem carteira assinada. Então, a licença não existe. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Também aconteceu, há alguns meses atrás aconteceu uma troca por parte da SMED de que tinha que atender a idade obrigatória, então fechou-se muitos berçários para poder atender a idade obrigatória. Aí agora, digamos que tenha atingido a quantidade de vagas necessárias, agora está se observando de 0 a 3, que lá no plano até tinha a questão de 50% até 2025, se eu não me engano, que tinha que ser atendido. Acho que era a meta 1, 50% até 2025 que era para ser atendido. **Tarsila Crusius, Secretária Municipal de Educação – SMED:** A meta de creche é 50% e a de pré-escola é 100%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok, gente. Outro assunto. Aqui recebi uma denúncia, só para passar para vocês, de um conselheiro que está sendo afastado, o Leandro. **[Sem identificação]:** Ele não está sendo afastado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

(Topogigio) – Presidente: Ele não está sendo afastado. Leandro Camargo de Oliveira Leal, está aqui: “Para fins de confirmar a tutela de urgência concedida de afastamento, o requerimento de exercício de cargo de conselheiro tutelar, destituir o réu Leandro do cargo de conselheiro tutelar da Microrregião 3, em razão de uma manifesta ausência de idoneidade moral e grave incompatibilidade de suas condutas com os deveres e princípios que regem a função pública”.

Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS: Que ano é esse aí? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso foi assinado em 26 de julho deste ano. “Declara o réu Leandro inelegível ao cargo de conselheiro tutelar pelo período de 8 anos, deixar de ordenar o pagamento...” [Falas concomitantes]. Fechou todo o processo. É a sentença dele. Tem aqui: envio de mensagens para menor de 15 anos de idade, solicitando fotos dela nua. Aí depois, quando ela tinha 19 anos, ela relatando ter sido assediada pelo réu. A prática de prostituição e programas sexuais que demandava, chamava de “perfumes”, ou chamava ela também de “cunhadinha safadinha”. Também, aqui: “Sustentou que não resta dúvida que o réu foi o interlocutor de mensagens, pois além de ter sido identificado como conselheiro tutelar da região Leste, seu telefone particular também foi omitido como conselheiro tutelar, fotos de perfil da sua rede social vinculados aos mencionados. Admitiu também que constava o acesso a sites pornográficos dentro do conselho tutelar. Disse que o demandado admitiu o acesso aos sites, mas negou assédio a mulheres e adolescentes. Disse ainda que o demandado admitiu que utilizava o computador do conselho tutelar para acessar sites pornográficos, agendar programas sexuais inclusive nos horários noturnos quando o conselho tutelar estava fechado”. Horrível! Então, aqui o que cabe é confirmar a tutela de urgência concedida, afastamento dele, destituir ele do cargo de conselheiro tutelar, declarar ele como inelegível. Acho que não precisa votar nada, só para ciência. **Tarsila Rorato Crusius, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Eu esqueci uma coisinha. Eu encaminhei também para o conselho o convite para participação na consulta pública, que está aberta, para construção das diretrizes operacionais municipais de qualidade e equidade para educação infantil de Porto Alegre. Seria bem importante quanto mais conselheiros pudessem entrar, lendo e opinando, a participação seria bem importante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Essa audiência pública, dessa Resolução 29, já aconteceu, mas está hoje para que as instituições parceiras estão sendo ouvidas e nós pedimos, quando o fórum de educação infantil solicitar, já solicitamos um prazo maior para que a gente

736 pudesse estar lendo e trabalhando um pouquinho mais com essa resolução. E na sexta-feira tem
 737 a outra audiência pública às 14 horas na Câmara, também falando sobre o tema, eu não me
 738 lembro agora todo, mas é a questão de inclusão, educação inclusiva. E aí também é super
 739 importante porque também trabalha a resolução 13 do CME. E aqui, gente, nós temos uma outra
 740 questão em que foi encaminhado para nós esse ofício, ofício do Ministério Público. Esse aqui
 741 eu já respondi, só para a gente deixar registrado, em que é também uma denúncia sobre uma
 742 instituição e o Ministério Público querendo saber se essa instituição tinha registro de inscrição
 743 aqui. Então, a denúncia trata de uma pessoa que nessa instituição trabalha. Não! Não, ao
 744 contrário. Trata da instituição em que o professor trabalha. Então, trata-se da situação
 745 envolvendo o senhor Alexandre, o assistente social Jacir. E aí, então, aqui tem 52 páginas a
 746 denúncia. Então, decorre desde violência doméstica até questões de mulheres, também tem
 747 denúncia em relação a assédio, em relação às crianças que ele atende também. Então, tem
 748 bastante questões também. E aí nós verificamos que essa instituição não tem registro, não tem
 749 inscrição. Olha a quantidade de processos. Tudo fichas dele... Já pensou? **Sônia Silvestrin,**
 750 **Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mas e essa instituição, então, ela trabalha de forma
 751 autônoma, digamos assim? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 752 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na verdade, de acordo com o ECA,
 753 ela está ilegal, porque ela não tem registro. Já fiz, já encaminhei ao Ministério Público
 754 informando de que não tem registro de inscrição e repassei ao conselho tutelar e Ministério
 755 Público, de acordo com o ECA, eles que fiscalizam. E aí eu repassei para eles, para eles poderem
 756 fazer a fiscalização. Nós fazemos a fiscalização do ambiente, nós não fazemos a fiscalização
 757 propriamente... **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Da atividade.
 758 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 759 **(Topogigio) – Presidente:** É, de certa forma. Agora, um artigo que daí eu reforço, na semana
 760 passada eu falei um pouquinho, o artigo do ECA está trazendo agora, uma das últimas alterações
 761 que teve agora, está trazendo que nós temos que, enquanto instituições que trabalham com
 762 criança, ter periodicamente a folha corrida de antecedentes criminais dos seus funcionários. E
 763 isso eu sei que algumas instituições, principalmente com acolhimento institucional, já fazem. E
 764 isso a gente tem que começar a falar e eu pensei, sinceramente, em uma resolução do conselho
 765 reforçando essa questão para que a gente pudesse estar... Não é uma forma de punição, mas é
 766 uma forma de alerta para as instituições. Porque isso aqui é muito grave, é muito grave. Ter um
 767 profissional que você não sabe quem ele é, qual é a vida do passado dele. E é uma situação bem

grave. Mas aí a gente pode criar essa resolução para a gente poder organizar. Aí eu vou ver já para a próxima semana se a gente cria um texto baseado no ECA, nessa recomendação do Ministério Público. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Isso é tão complexo, porque agora eu estava ouvindo o que o João estava falando. A gente teve uma situação na escola que a mãe conseguiu, via Defensoria Pública, um monitor para o filho dela. Então, era uma pessoa de fora, ela conseguiu via Defensoria, ela fazia o pagamento, não tinha vínculo com a escola. E aí nós recebemos uma denúncia de que esse cidadão estava respondendo por pedofilia. E pedimos como escola, porque a gente pede para todos os funcionários os antecedentes, mas não aparece, porque ele não foi julgado, condenado. Mas na ficha de antecedentes criminais que a gente pede, os antecedentes só vão aparecer se ele for condenado. E aí a gente tinha a informação e a gente não tinha... [Falas concomitantes]. Eu posso pedir uma ficha porque daí a ficha vai buscar coisas que tu fez lá quando tinha 14 anos, 15, e aí vai expor a pessoa. É bem complexo. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Tem quantidade, por exemplo, quando tem acidente de trânsito, mesmo que seja um acidente culposos, a pessoa não consegue emitir o atestado. Quando há denúncia de violência de vizinhos, alguém foi lá na polícia e denunciou, consegue tirar os antecedentes. Tanto é que o que acontece? Quando tem um candidato ou alguém de processo criminal e se pede os antecedentes, ele não consegue, ele tem que ir ali na polícia trazer o porquê de não conseguir os antecedentes. Então, salvo engano, não é só o atestado de pecado. Mas nós temos que homologar para depois pesquisar, só para pedir. [Falas concomitantes]. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Leva para a Cristiane Catarina. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sim, ela pode dar algumas ideias. Mas quem me cobrou isso foi a Doutora Paula, ela é da Defensoria. Ela me questionou bem na época que trocou o ECA ali, teve essa alteração, ela 'como é que vocês fazem?'. E aí eu, 'a gente dá com a instituição', eu disse para ela. E ela disse 'mas como é que tu vai dar o para prefeitura dizendo que tu é idônea, não sei o quê, com a instituição se o teu funcionário pode não ser?'. E aquilo me passou por mim muito batido porque 'bem capaz', 'bem capaz', e ali, infelizmente, é o que mais acontece. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** E pela legislação, ela não aparece os antecedentes quando não está transitado em julgado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. Da minha parte é isso. Agora as comissões. A minha proposta é, vamos fazer

como ontem. Nome da instituição, número do processo e aí a gente já passa, se tiver alguma questão, a gente fala. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E pode ser a Finanças primeiro, porque só tem um processo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pode. E aí a gente organiza assim, tá? Na Finanças tem um processo. Pode começar.

3. COMISSÕES: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Processo SEI 26.0.00081471-6, **INSTITUTO PORTO-ALEGRENSE DE ARTE-EDUCAÇÃO, IPAE**, o projeto é Abrindo Portas para o Futuro VII, Tocando, Lendo e Preservando. O projeto Abrindo Portas para o Futuro VII tem como objetivo promover espaços de proteção, amparo, inclusão social e fortalecimento dos vínculos comunitários de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social a fim de proporcionar, propiciar indiretamente o desenvolvimento sociocultural da comunidade da Lomba do Pinheiro, utilizando como ferramenta a escola de música IPAE e a biblioteca comunitária. O projeto tem duração de 24 meses, atenderá até 100 crianças e adolescentes com o valor total de R\$ 333.963,16. O encaminhamento da Comissão de Finanças é de parecer favorável à emissão de carta de captação para o Projeto Abrindo Portas para o Futuro VII, no valor de R\$ 333.963,16, com 5% de retenção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Não? Em votação, gente. Quem é favorável ao parecer? Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Este é o único da Finanças. Alguma outra comissão tem algo seu? Não? A de Registros tem? **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** Tem o 26.0.000005595-4. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sabe o nome, não? **Nicolas dos Santos (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS CENTRO SUL:** Não, eu estou vendo isso aqui agora. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. Aqueles que estiverem faltando alguma assinatura, aí me fala, aí eu já assino aqui, tá? Pode ir. Quem vai primeiro? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que eu tinha entendido que tinha uma pessoa que ia olhar todas as pautas que estavam na plenária e ia trazer, mas parece que não aconteceu isso, então acho que cada um fala os que

832 fez. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 833 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Podemos, gente, colocar nome da
 834 instituição, processo SEI, e aí, assim, como vocês querem que eu vá por aqui? **Sônia Rejane**
 835 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu posso começar pelos meus,
 836 assim? Daí eu tenho os números que eu fiz. No meu caso, vai faltar uma assinatura, daí a Carol
 837 vai ter que assinar e já vai fechando. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de**
 838 **Assistência Social – SMAS:** A gente vai abrir todos os SEIs? Todos? São 50! Não, eu acho
 839 que é só dar o nome do SEI, o número do SEI, o nome da entidade, para o povo ir embora!
 840 **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Eu e a Priscila, a gente fez alguns no final de julho.
 841 Não tem uma plenária certa, a gente começou a fazer. E eu fui olhar agora passando a plenária
 842 de hoje, coloquei a data, os meus e da Priscila passando a plenária de hoje. Quando eu olhei, já
 843 estava fechado. E aí foi o pessoal da Samantha. Isso, ela já fechou. E só tinha uma assinatura,
 844 só a minha. Mas igual vou passar na plenária porque ali ela já fechou e já passou. Por isso que
 845 ela fechou e deu o prazo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**
 846 **– SMF:** Não, mas aí por isso que eu não sei, mas assim a minha sugestão é, ou a gente passa,
 847 eu não sei como que a Comissão de Monitoramento se organiza, porque eu penso que talvez
 848 vocês vão ter que dar só aquela olhada se está todo mundo assinado, três assinaturas, e fazer o
 849 fechamento e enviar. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**
 850 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Eu acho que cada comissão, cada grupo
 851 que analisou fecha total as três assinaturas. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
 852 **Municipal da Fazenda – SMF:** Mas aí na minha estava só, por exemplo, hoje de manhã
 853 estávamos só em duas. Daí nós assinamos as duas, mas tem mais uma assinatura de um terceiro.
 854 Por isso que a Carol disse que assina. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos**
 855 **da Restinga:** Minha sugestão de colocar porque está lá o processinho, estão todos numerados,
 856 identificados, de falta de assinatura. Então, por exemplo, os que eu fiz ficou um com duas
 857 assinaturas, faltando uma só. Então, a gente está vermelhinho lá o que estava faltando. E os que
 858 eu vi vermelho, qualquer um deles eu já fui assinando, independente de quem fez. **Francyne**
 859 **da Rosa, CEMME:** Só para não acontecer isso, dia 18 de março a gente fez esse mesmo
 860 mutirão. Tem uns três processos ali no nome da Adriana. Eu acredito que tenha sido passado na
 861 plenária e tem as três assinaturas, só que não está fechado o processo. Ele está na nossa caixa
 862 ali. Basta alguém entrar no processo, enviar para registrar e fechar o processo na nossa unidade.
 863 Só que assim, quando a gente nomeia quem fez, essa pessoa nomeada tem que finalizar o seu

864 processo. Não existe comissão de monitoramento e avaliação. Está tudo dentro da Comissão de
 865 Registros, mas não é. Então, as pessoas que o meu e dela ia subir e ia fazer isso. Só que é isso,
 866 o processo tem que ir para frente. Vai demorar para fazer isso um por um aqui. **Carolina**
 867 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 868 **(Topogigio) – Presidente:** Vamos fazer duas coisas, então. Uma é: todos os processos vocês
 869 colocaram no processo no SEI, ok? Do grupo nosso que sempre estão. Outra questão: os que
 870 estão faltando uma assinatura, está com a etiqueta vermelha? Não? **Rosana Fernandes Nunes,**
 871 **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Quem
 872 é responsável pelo processo vai atrás da assinatura. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 873 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pode ser.
 874 Daí só sinalizem lá e daí a gente pega, eu faço a assinatura, ou outra assinatura. E os que já tem
 875 três assinaturas, manda ver. E aí o que ficar com três assinaturas, a pessoa já entra e já fecha
 876 hoje. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**
 877 **Alegre, APAE/Porto Alegre:** A Natália está dizendo que se quiserem ela fecha. **Sônia Rejane**
 878 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas aí tem que assinar e fechar.
 879 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 880 **(Topogigio) – Presidente:** Vamos lá, vamos ver com quem que está aqui agora. Sônia, vai.
 881 **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** 24.0.00004497-7 **CEREPAL,**
 882 23.0.00098984-3 **MCC BELÉM,** 23.0.00144117-5 da **JUNIOR ACHIEVEMENT,**
 883 23.0.00105016-8 **FRATERNIDADE ESPÍRITA** e o 23.0.00124295-4 **INSTITUTO**
 884 **ESPÍRITA DIAS DA CRUZ.** Esses foram os meus. Falta uma assinatura. Todos pareceres
 885 favoráveis e um só que é parcial. **Andreia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto**
 886 **Alegre - CEPA:** Processo 25.0.00007646-8 **LAR ESPERANÇA.** Processo 24.0.00029586-4
 887 **INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA.** Processo 23.0.00046125-
 888 0 **AÇÃO SOCIAL DE FÉ.** **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de**
 889 **Assistência Social – SMAS:** Processo 24.0.000098319-1 **SPORT CLUB**
 890 **INTERNACIONAL.** Processo 24.0.000031691-8 **ASSOCIAÇÃO JUNIOR.** Processo
 891 25.0.0000103526-4 **INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL.** **Carolina Aguirre da Silva,**
 892 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**
 893 Todos favoráveis? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência**
 894 **Social – SMAS:** Todos favoráveis. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Processo
 895 24.0.000066889-0 **SÃO JOÃO BATISTA,** 24.0.000019344-7 **SANTO AGOSTINHO,**

896 24.0.000019260-7 **CLÍNICA PÚBLICAS**, 24.0.000077021-0 **AFASO**, 24.0.0000105952-8
 897 **LAR SANTO ANTÔNIO DOS EXCEPCIONAIS**, 24.0.000067021-5 **INSTITUTO DO**
 898 **CÂNCER INFANTIL**, 24.0.000052198-8 **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL**
 899 **BENEFICENTE**. 24.0.000147761-3 **CASA DO EXCEPCIONAL SANTA RITA**.
 900 23.0.000061276-6 **INSTITUTO PORTO-ALEGRENSE DE ARTE E EDUCAÇÃO**.
 901 24.0.000069807-1 **VIDA SOLIDÁRIA**. Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e
 902 **Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Processo 25.0.000011241-**
 903 **6 OSC INSTITUIÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL CONSTRUIR O AMANHÃ**. Processo
 904 24.0.000030346-8 **OSC ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA**
 905 **TERESA DE JESUS**. Bruna Fernandes da Silva, Associação Cristã de Moços do RS –
 906 **ACM: Processo 23.0.000144619-3 OSC ASSOCIAÇÃO DE INSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO**
 907 **E CARIDADE**. Processo 25.0.0000039179-7 **OSC FRATERNIDADE CRISTÃ ESPÍRITA**
 908 **ALDEIA DA FRATERNIDADE**. Processo 23.0.000021336-5 **FUNDAÇÃO TÊNIS**. Lucas
 909 **de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência -**
 910 **Calábria: FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR**, processo 24.0.00011123-8. **ASSOCIAÇÃO**
 911 **DE MORADORES VILA ESPERANÇA CORDEIRO**, 23.0.000047142-9. **INSTITUTO**
 912 **POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA ABRIGO JOÃO PAULO II**,
 913 24.0.00006809-5. **CLÍNICA ESPERANÇA AMPARO À CRIANÇA**, processo
 914 24.0.000075276-4. **INSTITUTO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, processo
 915 24.0.000066816-4. Todos cumpriram. Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação
 916 **Amigos da Restinga: Processo 23.0.000160469-4 SOCIEDADE MERIDIONAL DE**
 917 **EDUCAÇÃO**, cumpriu. Processo 24.0.00000003270-7 **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**
 918 **DO LOTEAMENTO TIMBAÚVA**, cumpriu parcialmente. Processo 24.0.000122209-7
 919 **FUNDAÇÃO TÊNIS**, cumpriu. Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:
 920 Processo 23.0.000112130-8 **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SÃO MARCOS**, cumpriu
 921 parcialmente. **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO,**
 922 **ABENSA**, 240000118294-0, cumpriu as metas previstas. Nicolas Vaz, Secretaria Municipal
 923 **de Esporte e Lazer – SMEL: Processo 22.0.000020669-4 ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS**
 924 **DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS**. Processo
 925 23.0.000119336-8 **PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A**
 926 **VIDA, PRECAVI**. Processo 23.0.000132150-1 **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA**
 927 **CULTURAL BENEFICENTE**. Todos tudo certo. Nicolas Souza, ASAFOM: Processo

928 26.0.000055955-4 **CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE MARIA IMACULADA**
 929 **CONCEIÇÃO DA VIRGEM MARIA**, favorável, tudo ok. Processo 23.0.000019676-2
 930 **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA YARA**, metas previstas cumpriu com o que
 931 estava no documento. Processo 24.0.000013461-5 **INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO**
 932 **INFANTIL BRINCANDO DE CIRANDA**, cumpriu metas previstas com comprovação da
 933 prestação de contas com ressalva. Processo número 23.0.000162932-8 **ALDEIAS INFANTIS**
 934 **SOS BRASIL**, cumpriu parcialmente as metas previstas considerando os apontamentos da
 935 prestação de contas. Processo 23.0.000104762-0 **CENTRO CULTURAL MARLY**
 936 **MEDEIROS**, cumpriu metas previstas com ressalva na natureza formal da prestação de contas.
 937 Processo 24.0.000032963-7 **INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO ISABEL**
 938 **VIEIRA**, cumpriu as metas previstas com comprovação financeira com ressalvas, tendo os
 939 apontamentos financeiros sido regularizados conforme previsto. **Carolina Aguirre da Silva,**
 940 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 941 **Presidente:** Gente, fechamos em 45! [Aplausos]. **Francyne da Rosa, CEMME:** Tem mais
 942 uma de registro. Processo 25.0.0000148307-5, **INSTITUTO DA SURDEZ INFANTIL.**
 943 Conseguimos fazer a visita agora à tarde. Fomos no Hospital de Clínicas e de Conceição onde
 944 a instituição atua com o diagnóstico e encaminhamento de crianças para o uso de aparelho
 945 auditivo e implante coclear. Fomos recebidos pela Letícia no Hospital de Clínicas. A instituição
 946 trabalha com o diagnóstico precoce, isso é uma coisa que no município tem uma defasagem. As
 947 crianças acabam chegando para o uso do aparelho lá com 3 anos de idade, perdendo todo um
 948 processo de desenvolvimento inicial ali. Então, a proposta da instituição é conseguir atingir as
 949 crianças de forma mais cedo, mais precoce. E para isso, então, eles estão nos solicitando o
 950 registro no CMDCA e, posteriormente, a captação de recursos que visam para a manutenção,
 951 então, desse projeto que eles têm, que é a compra de um equipamento. Tem ali no Hospital de
 952 Clínicas e tem no Conceição esse equipamento, que é o equipamento que rastreia ali, então, a
 953 necessidade de uso do aparelho, faz o diagnóstico e, então, encaminha para o tratamento.
 954 Conhecemos ali a unidade, algumas crianças que estavam sendo atendidas também, estavam
 955 chegando ali para o atendimento. A documentação toda ok, e só estava faltando, então, a visita.
 956 A comissão de registros é de parecer favorável para o primeiro registro, atendimento direto. A
 957 ideia é que quando conseguirem captar recursos, então, possa se ter o aparelho e toda a equipe
 958 que se precisa em todo o hospital. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 959 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok, em votação. Em

960 votação quem é favorável, por favor, aos processos apresentados de monitoramento. **Neiva**
 961 **Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Falta um do
 962 Guilherme. É o 22.0.000034689-0. Eu não pus o nome da instituição. É de monitoramento do
 963 Guilherme, fez e mandou aqui no WhatsApp. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 964 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ponto de
 965 Cultura Compondo Laços de Afeto e Paz nas Relações. Federação Espírita do Rio Grande do
 966 Sul – FERGS. Fechamos 46, então. Em votação, quem é favorável aos processos apresentados
 967 de monitoramento? Ok, **APROVADOS**. Agora quem é favorável à apresentação do registro
 968 que foi apresentado? Ok, **APROVADO** também. Mais algum processo? Nada? Lembrando,
 969 gente, aqui se vocês pegarem as caixas do registro, nós estamos com mais de 70 que tem o
 970 nomezinho do lado. Entrem nos processos, assinem os processos. Temos informes, gente! **Paulo**
 971 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Eu tenho um só aqui, da Pequena Casa. Dia
 972 15 de agosto os 70 anos de fundação. [Aplausos]. Vai ter eventos, na segunda-feira, tivemos
 973 uma na Câmara dos Vereadores, tribuna popular homenageando eles. E sexta-feira à tarde uma
 974 celebração e ação de graças lá na instituição mesmo. Estão todos convidados. **Carolina Aguirre**
 975 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 976 **Presidente:** Muito bom, parabéns. Sônia, tem? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de**
 977 **Saúde – SMS:** Eu quero dar um informe. Eu gostaria de compartilhar com vocês uma
 978 preocupação de uma situação que a gente vem observando na Saúde, e também dizer o que a
 979 gente está pensando, até para que vocês saibam e possam fomentar isso nos serviços. Se vocês
 980 se lembram, há dois anos eu compartilhei com vocês a nossa preocupação das famílias dividirem
 981 a cama com os bebês pequenos, menores de 4, 5 meses, porque as crianças estavam sendo
 982 asfixiadas e a investigação dos óbitos mostrava que os pais estavam dormindo em cima delas.
 983 Aí a gente comprou, com recurso de uma emenda parlamentar, 1200 berços, e a gente agora,
 984 quando visita casas que estão vulneráveis, a gente entrega a caixinha, as fraldinhas e o
 985 colchonete. Então, só para vocês terem uma ideia, o ano 2024 foram 11 óbitos, 2025 foram 6, e
 986 até o momento nenhum. Então, quero dizer para vocês que, de fato, faz a diferença.
 987 Oportunidade também evita grandes perdas, porque perder um filho dormindo na cama deve
 988 ser uma coisa que nunca mais se esquece. Mas aí o que que a gente vê, que a gente está sempre
 989 correndo atrás da máquina. Então, o que que a gente tem visto, olhando os óbitos deste ano?
 990 Muitas crianças em óbito por negligência ou até por uso de substâncias pela mãe. Tudo que a
 991 mãe ingere, tudo que a mãe utiliza, passa diretamente para o leite materno. E aí a gente já vem

992 observando isso, o ano passado a gente já ficou alerta, agora a gente tem visto muitos casos. A
 993 ponto de a gente ter verificado num óbito, só vou citar um caso que a gente discutiu ontem, de
 994 uma mãe, uma criança de 1 mês, 1 mês a criança, deu entrada no Hospital de Criança, Cristo
 995 Redentor, em óbito. Quando vai para o IML, enfim, aí veio o laudo do IML, e o laudo do IML
 996 comprovou que aquela criança tinha uma overdose de cocaína. Isso significa que ela tinha 10
 997 vezes aquilo que seria, não tem dose segura de nenhuma droga para criança, nenhuma dose
 998 segura porque criança não usa droga. Mas, enfim, aqui eu quero dizer que ela tinha 10 vezes o
 999 que seria aceitável. Então, significa que a mulher usou a cocaína e foi amamentar a criança. E
 1000 não era uma mulher periférica, nem uma mulher altamente vulnerável, era uma mulher que tinha
 1001 plano de saúde, que tinha trabalho formal, uma mulher jovem, de 24 anos, enfim. Então, eu só
 1002 estou citando esse exemplo porque foram muitos óbitos até o momento, vários óbitos por uso
 1003 de substâncias pelas mães: tabaco, álcool, maconha, crack, cocaína. Ou ela usou maconha e o
 1004 ambiente estava tão fechado e a criança se asfixiou, que foi um dos casos, ou ela bebeu demais
 1005 e a criança ficou 12 horas sem comer, e deu entrada gravíssima na emergência por desnutrição,
 1006 porque 12 horas sem comer, ela não tem reserva, e acabou indo a óbito, não naquele momento,
 1007 mas depois, enfim. Então, a gente está em alerta e a gente vem pensando, junto com o comitê
 1008 de investigação do óbito, o que que a gente pode fazer para começar a pensar nisso e levar a
 1009 informação. Então, a gente vai fazer uma grande, um grande movimento de sensibilização da
 1010 sociedade e dos profissionais. A gente vai elaborar, a gente está em fase de elaboração de
 1011 material, de cartaz, de banner nas emergências, de colocar um destaque na caderneta da
 1012 gestante, na hora do nascimento nas maternidades, falar sobre isso. E dizer que tudo aquilo que
 1013 a mulher usa passa diretamente para o bebê se ela estiver amamentando. Porque parece que há
 1014 um desconhecimento. Às vezes elas usam e passam 3 horas sem amamentar e acreditam que
 1015 depois de 3 horas não tem mais resíduos, mas tem, parece que são 48 horas que ela tem que
 1016 ficar sem dar de mamar para aqueles resíduos desaparecerem. A gente também está propondo
 1017 para as maternidades instituírem aquela testagem que hoje o Clínicas faz em todas as grávidas.
 1018 Eles fazem uma testagem, claro com a devida autorização, mas fazem em todas para saber se
 1019 elas se expuseram a maconha e cocaína nas últimas 24 horas. E aí, se elas se expuseram, eles
 1020 não amamentam e fazem um trabalho de sensibilização dessa mulher para que ela, se estiver
 1021 usando, não amamente. Porque isso pode prejudicar o bebê. E aí a gente quer ver se as outras
 1022 instituições também fazem isso, ou pelo menos nos casos mais suspeitos. **Fabrizia Demo,**
 1023 **Parceiros Voluntários:** Mas é que assim, tem hospitais que há anos fazem isso já. Eu quando

1024 ganhei meu filho, por exemplo, lá no Moinhos, foi feito. Eu acho que as gestações que estavam
 1025 lá, não por suspeita ou qualquer coisa, mas é de praxe. **Sônia Silvestrin, Secretária Municipal**
 1026 **de Saúde – SMS:** Mas não tem financiamento para isso. O SUS não paga, então o Clínicas
 1027 deve contratar e fazer. O Clínicas faz e o Presidente Vargas faz quando ela relata, eles fazem.
 1028 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1029 **(Topogigio) – Presidente:** É, o que está acontecendo também é o aumento de mães ganhando
 1030 filho em casa, com receio de ir aos hospitais, porque um dos passos, verificando se é uma pessoa
 1031 que usa drogas, usou durante o pré-natal, é a criança ser acolhida. Ela não vai continuar com
 1032 ela, ela vai ser acolhida. E isso está aumentando muito o número de partos em casa, porque
 1033 exatamente acontece isso. **Sônia Silvestrin, Secretária Municipal de Saúde – SMS:** Então,
 1034 Carol, isso é outra questão que a gente encaminhou ontem. Uma dessas mulheres, que está
 1035 fugida, olha só, ela perdeu o neném, eram gêmeos, um deles morreu, o outro viveu, se
 1036 recuperou, e a avó paterna ficou com a guarda dele e foi morar lá em Eldorado. Mas a mulher
 1037 tem 5 filhos. Dois foram adotados e estão lá em Santa Catarina. E ela ficou com três: um de 4,
 1038 um de 1 e esse que é o sobrevivente dos gêmeos. O de 1 ano deu entrada no Hospital de Clínicas
 1039 no mês passado com traumatismo craniano. Ele tinha descolamento do nervo óptico de tanto
 1040 que devem ter feito isso com a criança, descolou o nervo óptico. A pediatra que atendeu veio
 1041 na reunião e ela chorava de dizer que ela nunca viu trauma tão grande, não externo, de trauma
 1042 de hematoma interno, dentro da cabeça da criança. E aí a gente acionou todos os conselhos
 1043 tutelares para abrigar o de 4, porque o de 4 estava com ela. E aí a gente conseguiu, Carol, a
 1044 gente ligou, eu liguei para a promotoria, tu não tem noção, e aí a gente conseguiu, caçamos, na
 1045 casa do pai dela estava o neném, lá na Restinga, no extremo sul, e a gente foi lá e agora o menino
 1046 está abrigado, o Lorenzo. O que sobreviveu está em Eldorado com a avó. E ela sumiu. Ela sumiu
 1047 porque ela tem medo de ser, enfim. Mas só para te ter uma ideia, ela, a última criança que ela
 1048 teve, ela já não ganhou no Presidente Vargas, que era indicação, ela ganhou no Clínicas. Mas
 1049 lá no Clínicas ela deu positivo para drogas, mas ela fez todo um trabalho no Caps, enfim, e
 1050 acabou levando esse de 1 ano para casa. E aí o que que tem acontecido? Se essas mulheres têm
 1051 indicação de ganhar no Presidente Vargas ou no Clínicas, elas não têm ido ali. Elas estão indo
 1052 em outras maternidades que não têm o mesmo rigor. O que que a gente está acertando com as
 1053 maternidades? A gente está fazendo uma nota técnica junto com as maternidades para que a
 1054 gente adote os mesmos critérios, Carol. Porque senão elas vão buscar outros serviços, mas não
 1055 é porque a gente quer abrigar as crianças, muito pelo contrário, o abrigo não é o lugar das

1056 crianças, mas a gente tem que começar a demover essas mulheres da ideia de seguir usando e
 1057 expor seus filhos. E o Conceição não faz, o Fêmina não faz, a Santa Casa não faz, elas vão
 1058 acabar buscando esses serviços e continuando esse mesmo ciclo de vulnerabilidade. Então, a
 1059 gente está fazendo esses movimentos, a gente já tem esse apontamento com as maternidades
 1060 para, junto, criar as mesmas formas de trabalho para que elas saibam o seguinte: olha, eu preciso
 1061 buscar ajuda para parar de usar, pelo menos enquanto eu estiver amamentando, ou pelo menos
 1062 enquanto eu estiver grávida e amamentando, ou então eu preciso pedir ajuda para alguém me
 1063 ajudar a cuidar dessa criança. Então, queria só compartilhar com vocês porque tem sido demais.
 1064 E não era, tinha alguns casos, mas agora a gente está com muitos casos. E óbito é o fim da linha.
 1065 Significa que outras tantas dezenas de crianças estão nessa condição, mas algumas são menos
 1066 graves. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 1067 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Gente, mais alguma coisa? Não? Ok. Muito obrigada, gente.
 1068 Obrigada por mais uma vez nos receber tão bem. 130 anos, Pão dos Pobres. Sábado, dia da
 1069 Pequena Casa. Vamos comemorar!

1070 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
 1071 da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
 1072 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.